


**DIREITO
DAS ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Casos e problemas

**PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA
RAFAEL ZELESCO BARRETTO**

 **FGV DIREITO RIO**



 **FGV EDITORA**

Copyright © 2014 Paula Wojcikiewicz Almeida; Rafael Zelesco Barretto

Direitos desta edição reservados à
EDITORA FGV
Rua Jornalista Orlando Dantas, 37
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil
Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427
Fax: 21-3799-4430
editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br
www.fgv.br/editora

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição: 2014

Preparação de originais: Sandra Frank
Diagramação: Cristiana Ribas
Revisão: Fernanda Mello
Projeto gráfico de capa: Zabad

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Mario Henrique Simonsen

Almeida, Paula Wojcikiewicz

Direito das organizações internacionais : casos e problemas / Paula Wojcikiewicz Almeida, Rafael Zelesco Barretto. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2014.

832 p.
ISBN: 978-85-225-1479-3
Inclui bibliografia.

1. Organizações internacionais. 2. Direito internacional público. 3. União Europeia. 4. Mercosul. 5. Relações internacionais. 6. Tribunais internacionais. I. Barretto, Rafael Zelesco. II. Fundação Getulio Vargas. III. Título.

CDD – 341.1151

Sumário

Introdução	13
LIVRO I. As organizações internacionais com vocação regional	21
Parte I. Introdução ao estudo das organizações internacionais	23
Capítulo 1. A superação do interestatismo e o surgimento das organizações internacionais universais	25
1.1 O sistema internacional clássico e as primeiras organizações internacionais	25
1.2 A Sociedade das Nações	29
1.3 Questões para fixação e aprofundamento	34
Capítulo 2. A superação do intergovernamentalismo e o surgimento das organizações internacionais de integração regional	37
2.1 Os antecedentes da união entre os países europeus	37
2.2 A importância do pensamento de Jean Monnet na construção da Europa	41
2.3 A importância de Konrad Adenauer e Charles de Gaulle na construção política da União Europeia	46
2.4 Observações sobre os tratados constitutivos da União Europeia	53
2.5 Questões para fixação e aprofundamento	55

Parte II. O sistema jurídico-institucional da União Europeia	57
Título I. A ordem jurídica da União Europeia	59
Capítulo 3. A instituição de uma ordem jurídica <i>sui generis</i>	61
3.1 O caso “Van Gend en Loos”	61
3.2 O Tribunal de Justiça da União Europeia e o governo dos juízes	67
3.3 O caso “Costa vs. Enel”	72
3.4 Questões para fixação e aprofundamento	82
Capítulo 4. O direito da União Europeia: o espaço Schengen	85
4.1 O difícil tema da imigração ilegal na Europa	85
4.2 Notícia do Parlamento Europeu imediatamente antes da aprovação da Diretiva de Retorno	88
4.3 Texto da Diretiva nº 2008/115 (Diretiva de Retorno)	93
4.4 Caso “El Dridi”	114
4.5 Caso “Kadzoev”	119
4.6 A Decisão nº 2004/573/CE de 29 de abril de 2004 (Decisão dos Voos de Expulsão Coletivos, ou Decisão “Charter”)	126
4.7 Trechos da Resolução nº 1.805 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (2011)	128
4.8 Questões para fixação e aprofundamento	131
Título II. O sistema de solução de controvérsias da União Europeia	133
Capítulo 5. A articulação entre os tribunais europeus e os tribunais nacionais	135
5.1 Os tribunais comunitários nos sistemas de integração regional	135
5.2 Artigo sobre a difícil relação entre a Guatemala e a Corte Centro-americana de Justiça	139
5.3 O reenvio prejudicial na União Europeia	142
5.4 Reenvio prejudicial no âmbito da Corte Internacional de Justiça?	145
5.5 A aceitação da competência do Tribunal de Justiça da União Europeia pelas jurisdições nacionais	148

5.6	O juiz nacional como juiz comunitário: o caso “Da Costa en Schaake”	160
5.7	O caso “Oteiza” e o respeito do Tribunal de Justiça da União Europeia pelos juízes nacionais	161
5.8	Questões para fixação e aprofundamento	166
Capítulo 6. As consequências do descumprimento do direito da União Europeia		167
6.1	As competências do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Geral	167
6.2	O descumprimento perante o Tribunal de Justiça da União Europeia	180
6.3	O caso “Poissons sous taille”	186
6.4	O caso “T-33/09”	195
6.5	O descumprimento perante os tribunais nacionais: caso “Francovich”	203
6.6	Casos “Brasserie du Pêcheur” e “Factortame”	211
6.7	Questões para fixação e aprofundamento	221
Parte III. O sistema jurídico-institucional do Mercosul		223
Título I. A ordem jurídica do Mercosul		225
Capítulo 7. A instituição de uma ordem jurídica no Mercosul		227
7.1	O Mercosul e as possibilidades da integração econômica	227
7.2	Histórico do estabelecimento do Mercosul	236
7.3	A estrutura do Mercosul	247
7.4	A legislação do Mercosul	252
7.5	A Opinião Consultiva nº 1/2007 perante o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul	258
7.6	As opiniões consultivas nºs 1/2008 e 1/2009 perante o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul	262
7.7	Questões para fixação e aprofundamento	270

Capítulo 8. Os princípios aplicáveis à incorporação do direito do Mercosul na ordem jurídica interna	273
8.1 A controvérsia entre Brasil e Argentina sobre aplicação de salvaguardas a produtos têxteis importados e seu laudo arbitral do Mercosul (Laudo nº 3)	273
8.2 O sistema de incorporação das normas do Mercosul do Protocolo de Ouro Preto e os desenvolvimentos subsequentes	280
8.3 A controvérsia entre Argentina e Brasil acerca da não incorporação de resoluções do Grupo Mercado Comum e seu laudo arbitral do Mercosul (Laudo nº 7)	291
8.4 Questões para fixação e aprofundamento	297
Capítulo 9. O procedimento aplicável à incorporação do direito do Mercosul na ordem jurídica interna	299
9.1 O procedimento relativo à incorporação de tratados no direito brasileiro	299
9.2 O papel do Parlamento do Mercosul no processo de aceleração da incorporação das normas	307
9.3 A representação brasileira no Parlamento do Mercosul	310
9.4 Questões para fixação e aprofundamento	313
Capítulo 10. A posição do direito do Mercosul na ordem jurídica interna	315
10.1 O caso “ <i>Ekmekdjian vs. Sofovich</i> ” perante a Corte Suprema de Justicia de la Nación e a relação entre direito internacional e direito interno	315
10.2 O caso “ <i>Simmenthal</i> ”	323
10.3 O agravo regimental na Carta Rogatória nº 8.279-4 – Argentina	328
10.4 Questões para fixação e aprofundamento	334
Título II. O sistema de solução de controvérsias do Mercosul	337
Capítulo 11. O funcionamento do sistema de solução de controvérsias: o caso das fábricas de papel celulose	339
11.1 O sistema de solução de controvérsias do Mercosul	339

11.2	O caso das <i>papeleras</i> na Corte Internacional de Justiça	353
11.3	A disputa das <i>papeleras</i> perante o sistema de solução de controvérsias do Mercosul	363
11.4	Questões para fixação e aprofundamento	377
Capítulo 12. As consequências do descumprimento do direito do Mercosul: o caso dos pneus		
12.1	O mecanismo de determinação e prevenção do descumprimento do direito do Mercosul	379
12.2	O caso dos pneus recauchutados entre Uruguai e Brasil perante o Tribunal Arbitral <i>ad hoc</i> do Mercosul	384
12.3	O caso dos pneus recauchutados entre Uruguai e Argentina perante o Tribunal Arbitral <i>ad hoc</i> do Mercosul	394
12.4	O Recurso de Revisão nº 1/2005 contra o laudo arbitral sobre a “Proibição de importação de pneus remodelados procedentes do Uruguai” (Uruguai <i>vs.</i> Argentina) perante o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul	401
12.5	O Laudo nº 1/2006: recurso de esclarecimento apresentado pela Argentina perante o TPR	406
12.6	O Laudo nº 1/2007, sobre possível excesso na aplicação de medidas compensatórias, perante o TPR	406
12.7	Questões para fixação e aprofundamento	409
LIVRO II. AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS COM VOCAÇÃO UNIVERSAL		411
Parte I. A ONU e a regulação jurídica do uso da força nas relações internacionais		413
Capítulo 13. O princípio da proibição do uso da força		
13.1	A invasão da Etiópia e o fracasso do sistema de segurança da Sociedade das Nações	415
13.2	A Organização das Nações Unidas	423
13.3	A Resolução “Uniting for Peace”	437
13.4	A guerra da Coreia e a ação das Nações Unidas	450
13.5	Questões para fixação e aprofundamento	454

Capítulo 14. As exceções ao uso unilateral da força: o caso “Nicarágua”	455
14.1 A Corte Internacional de Justiça	455
14.2 A demanda da Nicarágua perante a CIJ	463
14.3 O contexto da disputa	469
14.4 A discussão sobre a admissibilidade do caso perante a Corte	471
14.5 Questões para fixação e aprofundamento	474
Capítulo 15. A responsabilidade de proteger: um novo contexto para o uso da força	477
15.1 A guerra do Kosovo	477
15.2 O genocídio em Ruanda e o direito internacional	494
15.3 A intervenção da Otan na Líbia	500
15.4 A proposta brasileira de uma “responsabilidade ao proteger”	509
15.5 Questões para fixação e aprofundamento	513
Parte II. As consequências do uso da força nas relações internacionais	515
Título I. As consequências do uso indevido da força	517
Capítulo 16. O caso do Iraque	519
16.1 As sanções impostas ao Iraque na sequência da Guerra do Golfo	519
16.2 A cronologia da Guerra do Iraque	529
16.3 A discussão sobre a legalidade da Guerra do Iraque	537
16.4 A definição de agressão e a Guerra do Iraque	538
16.5 A possibilidade de responsabilização dos agentes dos EUA perante o Tribunal Penal Internacional	542
16.6 A possibilidade de responsabilização internacional dos EUA perante a Corte Internacional de Justiça	546
16.7 Questões para fixação e aprofundamento	549
Capítulo 17. O caso da Faixa de Gaza	551
17.1 O histórico da disputa em Gaza	551

17.2	A operação “Chumbo Fundido”	556
17.3	As Convenções de Genebra	568
17.4	A crise de Gaza no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas	580
17.5	A Resolução nº 302 (IV) da Assembleia Geral, que criou a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo	592
17.6	A Resolução nº 1.860 do Conselho de Segurança (2009)	593
17.7	A possibilidade de responsabilização dos agentes de Israel e Palestina	595
17.8	Questões para fixação e aprofundamento	599
Título II. A atuação dos tribunais penais internacionais		601
Capítulo 18. Jurisdição antecedente:		
	o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg	603
18.1	A tentativa de julgar o imperador alemão ao final da Primeira Guerra Mundial	603
18.2	O estabelecimento do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg	607
18.3	O direito internacional positivo aplicável	627
18.4	O costume internacional aplicável	639
18.5	Justiça como fonte de direito	644
18.6	Os acusados no Tribunal de Nuremberg	645
18.7	Algumas reações dos acusados durante o julgamento	651
18.8	Alguns exemplos de atrocidades reveladas no julgamento	658
18.9	O julgamento dos juízes	674
18.10	O Tribunal Militar Internacional de Tóquio	684
18.11	Questões para fixação e aprofundamento	689
Capítulo 19. Os tribunais penais internacionais <i>ad hoc</i>		691
19.1	Uma testemunha de Sarajevo	691
19.2	Breve histórico da fragmentação da Iugoslávia	699
19.3	A criação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia	702
19.4	Uma testemunha de Ruanda	703

19.5	Breve histórico do genocídio de Ruanda	712
19.6	A criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda	714
19.7	O caso “Tadic” perante o Tribunal Penal Internacional <i>ad hoc</i> para a ex-Iugoslávia	715
19.8	Os crimes puníveis pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia de acordo com seu estatuto	724
19.9	Os crimes puníveis pelo Tribunal Penal Internacional para Ruanda de acordo com seu estatuto	727
19.10	A responsabilidade do Estado: o caso Bósnia <i>vs.</i> Iugoslávia perante a Corte Internacional de Justiça	729
19.11	Questões para fixação e aprofundamento	734
Capítulo 20. O Tribunal Penal Internacional		735
20.1	Breve histórico do estabelecimento do Tribunal Penal Internacional	735
20.2	O caso Al-Bashir	736
20.3	A Resolução nº 1.593 (2005) do Conselho de Segurança das Nações Unidas	741
20.4	A materialização da responsabilização penal individual	747
20.5	Questões para fixação e aprofundamento	753
Capítulo 21. Tribunais penais de exceção: Guantánamo		755
21.1	A base naval de Guantánamo e a “Guerra Global ao Terror”	755
21.2	O caso “Hamdan <i>vs.</i> Rumsfeld”	770
21.3	Cinco exemplos de prisioneiros “problemáticos”	776
21.4	A possibilidade de responsabilização dos funcionários norte-americanos	780
21.5	Questões para fixação e aprofundamento	789
Bibliografia		791
Anexo I. Declaração Schuman de 9 de maio de 1950		817
Anexo II. Extratos de discursos de Jean Monnet		821
Anexo III. As principais inovações institucionais do Tratado de Lisboa		825
Anexo IV. Fluxograma do reenvio prejudicial na União Europeia		827
Autores		829